

## BOLETIM 167

Brasília, 19 de julho de 2016

# FETICEMA dá posse à nova diretoria para mais um mandato

Tomou posse, na última semana, a nova diretoria da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção do Estado do Maranhão – FETICEMA, presidida pelo companheiro Francisco das Chagas Viana, que também é o 2º vice-presidente da CONTRICOM. O novo mandato começa em 2016 e se encerra em 2020.

A eleição da nova diretoria da FETICEMA ocorreu após uma segunda chamada eleitoral, à qual compareceu a maioria dos representantes dos sindicatos filiados à entidade.

Antes da solenidade de posse, a FETICEMA promoveu uma assembleia geral com o objetivo de discutir ação de impugnação da posse da nova diretoria apresentada pela chapa 2. Após amplo debate, foi constatado que o pleito eleitoral ocorreu dentro da mais absoluta regularidade e conforme o disposto na lei e no estatuto da Federação. Diante disso, a assembleia decidiu indeferir a ação de impugnação.

O presidente da FETICEMA, Francisco das Chagas Viana, afirmou que “não faltaram esforços de nossa parte e da parte da própria CONTRICOM, através de nosso presidente Mazinho, que esteve pessoalmente no Estado do Maranhão, para tentar buscar a unidade entre as duas chapas apresentadas ao pleito. Infelizmente, isso não foi



**Nova diretoria da FETICEMA: conclamação à unidade na defesa dos interesses dos trabalhadores**

possível, o que nos levou a uma disputa democrática, onde a maioria se manifestou”.

Francisco fez uma conclamação a todos os líderes da categoria: “o momento, agora, é de união de todos em defesa dos interesses dos nossos trabalhadores. Precisamos, mais do que nunca, defender o emprego, retomar a empregabilidade e defender os nossos direitos e conquistas. E, para isso, é preciso a participação de todos. A fase eleitoral já passou. Agora, vamos ao trabalho, pois é isso que os trabalhadores esperam de nós”, sentenciou.”

**CONTRICOM** – O presidente Francisco Chagas Costa – Mazinho, cumprimentou a posse da nova diretoria, desejando “pleno sucesso no mandato que se inicia” e fez também um chamamento à união de todos: “o processo eleitoral se encerrou dentro da normalidade legal e estatutária, depois de grandes esforços pela conciliação. Agora é hora de todos darem as mãos para fortalecer a entidade e, conseqüentemente, a luta dos trabalhadores”.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*



## Centrais fazem ato conjunto contra juros e desemprego em SP

As Centrais Sindicais do País realizam hoje manifestação unitária contra os juros altos. Todas as Centrais marcharão unidas pela avenida Paulista até a sede do Banco Central (BC), em São Paulo, para reivindicar redução de juros e mais empregos. Nos Estados, as entidades se organizam nas capitais para grandes atos conjuntos.

O ato ocorre na mesma data em que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central inicia reunião que definirá qual será a nova taxa básica de juros (Selic). O índice vai vigorar até a próxima reunião do colegiado, marcada para 31 de agosto.

O BC anuncia a Selic na noite da quarta (20). Na última reunião do Copom (8 de junho), a primeira durante o governo interino de Michel Temer, a taxa de juros foi mantida nos atuais 14,25% anuais.

Fonte: DIAP

## Senado faz balanço das atividades no primeiro semestre

### *Processo de Impeachment*

As alegações finais da acusação de Dilma Rousseff já foram entregues na Comissão Especial de Impeachment. De acordo com o documento, a presidente afastada cometeu crimes de responsabilidade como parte de um modus operandi de governo para se “perpetuar no poder”. O texto rebate também a tese da defesa de que o impeachment seria um “golpe de Estado”. Agora a defesa deve entregar suas alegações finais até o dia 27 deste mês. Depois disso, o relator do processo, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), terá cinco dias para apresentar o seu parecer sobre a pertinência da acusação, que será votado pela comissão e, posteriormente, pelo Plenário. Isso encerra a fase de pronúncia do impeachment. Caso a decisão seja a favor da continuidade do processo, Dilma será submetida ao julgamento final pelo Senado. Esse rito, se ocorrer, será comandado pelo presidente de Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski. Caso 54 senadores, no mínimo, entendam que a presidente cometeu crime de responsabilidade, ela será afastada do cargo em definitivo e ficará inelegível para mandatos públicos por oito anos.



### ***FGTS para empréstimo consignado***

O Senado aprovou a medida provisória (MP 719/16) que permite o uso de parte dos recursos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da multa rescisória como garantia de empréstimo consignado em folha por trabalhadores da iniciativa privada. A garantia prevista na MP poderá ser sobre até 10% do saldo individual da conta e sobre até 100% da multa paga pelo empregador em caso de demissão sem justa causa, despedida por culpa recíproca ou força maior. Com o novo tipo de garantia, o objetivo é reduzir a cobrança de juros nos empréstimos consignados. A MP já foi sancionada e convertida na Lei 13.313/2016.

### ***Gastos em assembleias***

Também foi aprovada pelo Senado a proposta de emenda à Constituição (PEC 30/2016), que limita despesas para as casas legislativas e para os tribunais de contas dos estados e do Distrito Federal. No Senado, a PEC ganhou emenda estabelecendo que a despesa anual do legislativo estadual não poderá exceder despesa realizada no exercício financeiro do ano anterior, havendo apenas a correção pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A desobediência a essa medida passa a constituir crime de responsabilidade. A proposta segue agora para a Câmara dos Deputados.

### ***Reajuste de servidores***

Oito projetos que reajustam salariais dos servidores públicos civis e militares da União foram aprovados pelo Senado. Serão beneficiados

servidores da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União, da Advocacia-Geral da União, da Polícia Federal, do Banco Central, da Educação, da Cultura, do Desenvolvimento Agrário e de exterritórios federais, além de outras 40 carreiras (como agentes penitenciários e médicos e técnicos de hospitais públicos). Um dos projetos reajusta o soldo dos militares. Esses projetos seguem agora para sanção presidencial. No total, são 14 matérias aprovadas pela Câmara reajustando os salários de servidores federais. Duas delas já foram encaminhadas à sanção - o PLC 26/2016 e o PLC 29/2016, que reajustam os salários dos servidores do Ministério Público e do Judiciário, respectivamente. Outra, o PL 4.244/2015, que reajusta os salários dos servidores do Senado, foi convertida na Lei 13.302/2016.

### ***Audiência de custódia***

Outro projeto aprovado pelo Senado é o que regulamenta a prática das audiências de custódia e estipula prazo máximo de 24 horas para que um preso em flagrante seja levado diante de um juiz. A proposta estabelece que o preso terá direito a realizar exame de corpo de delito e a depor na presença do advogado ou de membro do Ministério Público ou da Defensoria Pública. Se a audiência de custódia não ocorrer, o fato deverá ser comunicado ao Ministério Público, à Defensoria Pública ou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A audiência servirá para que o juiz verifique se os direitos fundamentais do preso estão sendo respeitados, ao tratar apenas da legalidade e da necessidade da prisão, da prevenção da ocorrência de tortura ou de maus-tratos e do esclarecimento dos direitos

assegurados ao preso. O PLS 554/2011 ainda precisa ser apreciado em turno suplementar, o que acontecerá em agosto.

### ***Furto de gado***

O furto e a recepção de animais de bando, como bovinos, suínos e caprinos, serão punidos de forma mais rigorosa, de acordo com projeto (PLC 128/2015) aprovado no Senado. Em geral, o furto é punido com pena de um a quatro anos de reclusão. O projeto aumenta a pena para dois a cinco anos de reclusão. Também enquadra como crime a comercialização, o armazenamento, a exposição à venda ou mesmo a entrega de carne ou outros alimentos sem origem controlada. A matéria segue para sanção.

### ***Embaixadores***

O Senado aprovou indicações para embaixadas brasileiras na Nova Zelândia, Congo, Noruega (junto com Islândia) e no Gabão. Também foi aprovada a indicação do diplomata Evandro Sampaio Didonet para atuar na Organização Mundial do Comércio (OMC). Ainda no campo internacional, foi criado o Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia (PRS 21/2014).

### ***Recursos para o Ceará***

Foi aprovado ainda o financiamento da expansão de serviços sociais no Ceará junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O PRS 42/2016 viabiliza a aplicação de até R\$ 163,7 milhões ao Programa de Apoio às Reformas Sociais (Proares III) do estado. A matéria segue para promulgação.



### ***Senado Jovem***

O Senado aprovou o projeto de resolução com mudanças no Programa Senado Jovem Brasileiro, que engloba o Projeto Jovem Senador e o Concurso de Redação do Senado Federal. Esse concurso é realizado anualmente e seleciona 27 estudantes do ensino médio de escolas públicas estaduais, com idade até 19 anos, para vivenciarem o trabalho dos senadores dentro do Congresso. A principal alteração promovida pelo projeto é o aumento de três para quatro dias na duração da "legislatura" dos jovens senadores, ou seja, quando esses estudantes vêm a Brasília para elaborar proposições legislativas e pronunciamentos que são apresentados em sessões simuladas no Plenário. O PRS 40/2016 vai a promulgação.

### ***Presidência da Câmara***

O presidente do Senado, Renan Calheiros se encontrou na quinta-feira (14) com o novo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Na visão de Renan, a eleição de Maia reabre a possibilidade de Senado e Câmara



trabalharem de forma mais eficaz por uma agenda conjunta e suprapartidária, de interesse nacional. Maia confirmou que, como Renan, tem a “expectativa muito grande” de que as duas Casas trabalhem juntas em uma pauta enxuta, mas com temas importantes para o país. Rodrigo Maia vai cumprir um mandato tampão até a nova eleição para a Presidência da Câmara, que deve ocorrer no início de fevereiro de 2017.

### ***Cláusula de barreira***

Os senadores Aécio Neves (PSDB-MG) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES) protocolaram uma proposta de emenda à Constituição (PEC) com dispositivos para reforçar a fidelidade partidária de políticos eleitos, estabelecer uma cláusula de barreira para os partidos políticos e extinguir a possibilidade de coligações nas eleições legislativas. A PEC 36/2016 estipula que os políticos que conquistarem mandatos nas eleições de 2016 e 2018 irão perdê-los caso se desfilie dos partidos pelos quais disputaram o pleito.

### ***Lei de Diretrizes Orçamentárias***

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) aprovou o texto base do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 — PLN 2/2016. O relator da matéria, senador Wellington Fagundes (PR-MS), retirou do texto a previsão de receita da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Ele ainda acolheu a proposta do governo interino que definiu um déficit primário de R\$ 139 bilhões como meta fiscal para 2017. A votação dos destaques e das emendas ao projeto ficou para 2 de agosto.

### ***FGTS para casa própria***

Mutuários de baixa renda com apenas um ano de trabalho poderão usar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para amortização de saldo devedor da casa própria. Atualmente a espera para o benefício é de três anos de trabalho. A medida está prevista no projeto (PLS 359/2015), aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e que será votado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

### ***Querosene de aviação***

A alíquota máxima do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações internas com querosene de aviação poderá ser fixada em 12%. O texto aprovado na CAE é um substitutivo ao PRS 55/2015. A intenção é que as distribuidoras de combustíveis repassem a redução do ICMS para o preço das passagens. Agora, o projeto seguirá para o Plenário. Como compete ao Senado legislar privativamente sobre alíquotas do ICMS, a proposta não precisará passar pela Câmara dos Deputados.

### ***Desvinculação de Receitas da União***

A Desvinculação de Receitas da União (DRU) — que dá ao governo liberdade para realocar 30% das receitas obtidas com taxas e contribuições de aplicação específica — poderá ser estendida a estados e municípios e prorrogada até 31 de dezembro de 2023. É o que estabelece proposta de emenda à Constituição (PEC 31/2016), aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto estabelece que



recursos com destino específico (ou seja, “carimbados”) serão liberados para ajudar o governo a cumprir a meta de resultado primário. E, pela primeira vez, esses recursos irão ajudar estados, Distrito Federal e municípios a fecharem suas contas. O texto será agora submetido a dois turnos de votação no Plenário.

### ***Convênios com o governo***

A Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo aprovou uma mudança na Lei de Licitações que abre a possibilidade de contratação de pessoal por tempo determinado em convênios, acordos e ajustes dentro do poder público. A proposta, que é de autoria da própria comissão, segue com urgência para o Plenário do Senado. O PLS 490/2015 torna obrigatória a inclusão de um plano de gestão de recursos humanos dentro do plano de trabalho que embasa os convênios. Em alguns casos, esse plano de gestão poderá estabelecer a contratação de pessoal por tempo determinado. Trata-se de uma autorização constitucional para casos de necessidade temporária de excepcional interesse público.

### ***Recursos para estados e municípios***

Recursos devidos pela União aos estados e municípios, a título de ressarcimento de valores que por direito já sejam desses entes federativos, não poderão ficar sujeitos a medidas de contingenciamento por parte do governo federal. É o que estabelece projeto (PLS 399/2015 – Comp.) também aprovado pela Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo. A proposta segue agora para o Plenário.

### ***Despesas com pessoal***

Os governantes poderão ser proibidos de promover aumento de despesas com pessoal que tenham início após o final de seus mandatos. Este é o objetivo de projeto (PLS 389/2015 – Complementar) também aprovado pela Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo. A proposta, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, seguirá agora para votação em Plenário, em regime de urgência.

### ***Agentes de saúde***

Agentes de saúde podem ganhar uma série de novos benefícios sociais e trabalhistas, como ajuda de custo para fazer cursos na área, adicional de insalubridade e prioridade de atendimento no Minha Casa Minha Vida. É o que prevê o PLC 210/2015, aprovado pela CAS. A matéria segue agora com regime de urgência para análise do Plenário.

### ***Regulamentação de profissões***

A CAS também aprovou duas propostas ligadas a legislações profissionais. Um dos projetos (PLC 155/2015), atualiza a lei de regulamentação da profissão de corretor de seguros. Já o PLC 200/2015 regulamenta a profissão de corretor de moda. Os projetos seguem para Plenário, só que correm o risco de não virarem lei. A CAS aprovou, nos últimos anos, várias propostas de regulamentação profissional que têm sido vetadas pela Presidência da República. A senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) propôs que essas análises sejam suspensas na

comissão, já que estão criando expectativas frustradas nos profissionais.

### **Combate às drogas**

Os cartões telefônicos, muito usados por consumidores de crack para cortar as pedras, podem estampar alertas contra o uso dessa e de outras drogas. É o que estabelece o Projeto (PLC) 40/2014, aprovado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A matéria deve ser analisada em Plenário e, caso aprovada, seguirá para sanção.

### **Tribunal Superior do Trabalho**

O Congresso Nacional realizou sessão na para a promulgação da Emenda Constitucional 92/2016, que altera a Constituição para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho (TST) como órgão do Poder Judiciário. A emenda também contempla os requisitos de notável saber jurídico e reputação ilibada — já exigidos dos indicados a ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) — como exigência para os nomeados ao cargo de ministro do TST. A mudança constitucional teve origem em proposta de emenda à Constituição (PEC 32/2010) aprovada pelo Senado em 2015. O TST sempre foi reconhecido como instância máxima da Justiça Trabalhista. Apesar disso, ainda não havia esse registro expresso no texto constitucional.

*Fonte: Agência SENADO*



## **Presidente da Câmara aponta superação da crise econômica como pauta prioritária**

### **Maia: Não dá mais para aumentar impostos**

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia **(foto)**, reiterou que a pauta prioritária, na sua gestão, será a superação da crise econômica. Ele concedeu entrevista ao programa da Rádio Câmara “Com a Palavra”.

“O endividamento das famílias e das empresas chegou a um patamar insustentável”, disse. “Nós temos que olhar as reformas para superar a crise sob o ponto de vista das despesas e não das receitas. Não dá mais para aumentar impostos”, salientou.

Segundo ele, a PEC que estabelece o teto de gastos públicos é uma das prioridades (PEC 241/16). De autoria do governo interino do presidente Michel Temer, esta proposta de emenda à Constituição será analisada inicialmente



na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), que fará o exame de admissibilidade. Se for aprovada, segue para discussão e votação em uma comissão especial. A última etapa na Câmara é a votação em dois turnos no Plenário.

Além disso, outra prioridade é promover debate conjunto da Câmara e do Senado sobre a reforma política. “O sistema político eleitoral brasileiro faliu”, observou.

**Período eleitoral** - Maia afirmou que vai dialogar com líderes partidários para construção de uma agenda da Câmara que preveja pelo menos dois dias de trabalho por semana durante o período eleitoral e o período das Olimpíadas. “A Câmara deve continuar dando a sua colaboração com este momento difícil que o Brasil passa; a Câmara deve ser parte determinante da superação da crise”, destacou.

O presidente apontou que vai trabalhar para que o “diálogo volte a existir na Casa”, com partidos da base e da oposição. “O tensionamento excessivo, o radicalismo excessivo não tem colaborado com a política, não tem colaborado com o Brasil”, destacou.

**Novo anexo** - O presidente também comentou a possibilidade de construção de um novo anexo na Câmara: “Ainda não estou convencido desta necessidade. A partir da próxima semana vou analisar isso com cuidado, porque não sei se em momento de crise cabe qualquer expansão, muito menos com dinheiro público.”

*Fonte: Agência CÂMARA*

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**Luis Carneiro Rocha**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**